


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003996-81.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Inadimplemento**
 Requerente: **Niels Bohr Educacional Ltda.**
 Requerido: **Sandro José Moretti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Niels Bohr Educacional Ltda (Colégio Interativo) propôs a presente ação contra o réu Sandro José Moretti, pedindo a condenação deste no pagamento da importância de R\$ 5.879,44, com acréscimos de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária desde os respectivos vencimentos até a data do efetivo pagamento, em razão de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares da aluna Bruna Lohani P. Moretti nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015.

O réu foi citado às folhas 26, não oferecendo resposta (folhas 27), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança de mensalidades escolares, por meio da qual a autora pretende a condenação do réu no pagamento da importância de R\$ 5.879,44, relativo às mensalidades inadimplidas nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015.

Considerando o contrato celebrado entre as partes, que contém a assinatura do réu (folhas 14/15), e a revelia, presumem-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que celebrou com o réu contrato de prestação de serviços educacionais e que se encontra



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inadimplente com as parcelas vencidas nos meses de fevereiro a dezembro de 2015.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo 319 do Código Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu a pagar à autora a importância de R\$ 5.879,44, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora desde a propositura da ação. Pela regra da causalidade, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, com a atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de junho de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**